

A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ NO PENTECOSTALISMO CLÁSSICO/ NEOPENTECOSTALISMO

Fernando Albano¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir brevemente sobre a presença e concepção da justificação mediante a fé (conforme compreendida pela tradição evangélica) nas teologias e práticas das comunidades pentecostais/neopentecostais. Parte-se do pressuposto de que a doutrina da justificação é essencial na configuração de comunidades eclesiais que pretendem ser evangélicas. Logo, diante de algumas contradições no cenário pentecostal/neopentecostal brasileiro, em relação à referida doutrina protestante, reflete-se até que ponto a identidade evangélica destas igrejas não estariam em “cheque”, sendo, portanto, necessária uma reflexão crítica e aproximação com a tradição evangélica histórica, da qual o pentecostalismo e neopentecostalismo procedem e frequentemente se identificam.

Palavras-chave: Pentecostalismo/neopentecostalismo; justificação; fé; perdão; salvação.

¹ Fernando Albano é Licenciado em Ensino Religioso (UNIVILLE), Mestre em Teologia (EST/RS), Coordenador da equipe de pesquisa EPOS, Professor de Teologia Sistemática na Faculdade Refidim, Evangelista da Assembleia de Deus em Joinville/SC e membro do RELEP – Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais.

1 INTRODUÇÃO

A doutrina da justificação pela fé² é um dos pilares da fé protestante e das igrejas que simpatizam com os princípios expostos pelos reformadores do século XVI. Entre essas igrejas podem-se citar as igrejas pentecostais clássicas, tendo como maior representante as Assembleias de Deus. A essência desta doutrina é basicamente a crença de que obras humanas não podem salvar, mas apenas a fé como meio de recepção da graça salvífica é que determina a nova relação com Deus. Esta é possivelmente, a doutrina que mais diferencia as igrejas evangélicas do catolicismo romano e de outras tradições religiosas. Certamente, o pentecostalismo clássico afirma a justificação pela fé. Pelo menos nas suas obras de teologia sistemática a doutrina é sempre afirmada.³ Porém, podemos observar certa incoerência na prática dessa doutrina, com ações afirmativas da doutrina e outras que parecem lhe fazer oposição. No neopentecostalismo as ambiguidades são ainda mais evidentes, uma vez que seu sistema religioso afasta-se cada dia mais dos princípios evangélicos. Adiante, se apresentará alguns exemplos que corroboram essas suspeitas.

Convém destacar ainda, que se as comunidades pentecostais e neopentecostais pretendem ser igrejas evangélicas (sendo a justificação um elemento fundamental), então uma reflexão sobre a presença ou não da

² **Justificação pela fé.** Sendo termo jurídico relacionado à ideia de absolvição, justificação refere-se ao ato divino em que Deus, santo e justo, torna os pecadores (e, por isso, merecedores de condenação) aceitáveis diante dele. Essa doutrina fundamental da Reforma afirma que o pecador é justificado (absolvido da punição e da condenação do pecado) e levado a comunhão com Deus unicamente pela fé na graça divina. GRENZ, Stanley J.; NORDLING, Cherith Fee. **Dicionário de teologia:** mais de 300 conceitos teológicos definidos de forma clara e concisa. São Paulo: Vida, 2000. p. 78.

³ Cf. WILLIAMS, J. Rodman. **Teologia sistemática:** uma perspectiva pentecostal. São Paulo: Vida, 2011. p. 404. HORTON, Stanley M. **Teologia sistemática:** uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 2008. p. 372. GILBERTO, Antonio (Ed.) **Teologia sistemática pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008. p. 375.

justificação pela fé no seu sistema doutrinário é de extrema importância. Deste modo, este artigo pretende identificar a concepção de justificação presente no pentecostalismo/neopentecostalismo, assim como algumas ambiguidades em torno da doutrina, que parecem comprometer a identidade evangélica dessas comunidades.

2 A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ NO PENTECOSTALISMO

O pentecostalismo⁴ chegou ao Brasil no início do séc. XX. Francescon, fundador da Congregação Cristã do Brasil, 1910, estabelece uma igreja étnica entre os imigrantes italianos. Os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren fundadores da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em 1911, atingem o pobres, nordestinos, enfim, o grupo marginalizado da sociedade brasileira com a mensagem pentecostal.⁵

A Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, entre outras, defendem a salvação por meio da fé, sem as obras. Contudo, percebemos que nas igrejas pentecostais sempre houve certa tensão entre a justificação mediante a fé e “justificação pela fé misturado com obras”. Alguns acreditam que são aceitos por Deus *por causa da sua fé*, assim, não percebem que isso também pode ser considerado uma boa obra. Williams, teólogo pentecostal, alerta sobre isso, pois escreveu: “[...] ao enfatizar exagerada-

⁴ O pentecostalismo é um movimento cristão oriundo do protestantismo evangélico que afirma a importância da experiência com o Espírito Santo, iniciada pelo batismo no Espírito Santo e confirmada pelos dons de falar novas línguas. Entre suas principais características pode-se destacar: ênfase nos dons espirituais, nova dinâmica litúrgica, intensa atividade de leigos no crescimento e administração das igrejas. O termo “pentecostalismo” provém de “Pentecostes”, conforme descrito no capítulo 2 do livro dos Atos dos apóstolos.

⁵ ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo tupiniquim**: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira. São Paulo: Arte Editorial, 2005. p. 46.

⁶ WILLIAMS, 2011, p. 416.

mente a fé, existe o perigo de ela se tornar um tipo de obra a ser realizada”.⁶ Mas, como escreveu Pannenberg:

A fé somente torna a pessoa justa perante Deus pelo fato de ela, como fé em Cristo, aceitar para si o agir de salvação de Deus em Cristo _ e em particular a remissão dos pecados fundamentada em sua morte expiatória _ assim como outrora Abraão aceitou na fé a promessa de Deus que lhe foi dada (Rm 4.1-22). Essa é a justificação da fé, que constitui o objeto da declaração do crente como justo por Deus _ portanto sua “justificação”.⁷

Logo, para a crença protestante/evangélica quem nos salva é Jesus Cristo mediante a fé. Essa fé não é obra humana, mas obra da graça de Deus que ocorre no ser humano. Por isso, como sugere Williams, é recomendável “compreender a fé não como algum ato de crença, mas pura e simplesmente como um canal. Há um espaço vazio aqui para receber o que Deus fez em Cristo.”⁸

A seguinte ilustração pode ajudar: a fé corresponde à mão do mendigo que se dirige em direção à pessoa que lhe dá uma esmola. Não vemos nenhum mérito na ação de receber do mendigo, mas sim, na ação da pessoa que dá a esmola. Com isso em se tratando de justificação os méritos são exclusivos de Deus, cabendo à pessoa apenas uma atitude receptiva de fé.

Paulo, o apóstolo da graça é categórico: “*Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei*” (Rm 3.28). Pelo fato de sermos pecadores, não podemos obedecer todos os mandamentos da Lei de Deus, logo, não podemos ser justificados sob a Lei. Mas como a justiça de Jesus Cristo nos é atribuída, somos declarados justos diante Dele. “*Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus*” (2 Co 5.21).

⁷ PANNENBERG, Wolfhart. **Teologia sistemática**. Santo André: Academia Cristã/São Paulo: Paulus, 2009. v. 03, p. 312.

⁸ WILLIAMS, 2011, p. 416.

Nas obras teológicas pentecostais enfatiza-se a salvação por obra da graça de Deus, mas na religiosidade pentecostal popular, às vezes se percebe uma ênfase maior na realização humana, do que a doutrina oficial autoriza. Neste sentido parece que para muitos: “fê-de-mais, não cheira bem”, portanto, é necessária alguma boa obra para garantir o favor divino.

Também em alguns lugares há a observação dos chamados “usos e costumes”, que serve praticamente como um elemento visível daqueles que verdadeiramente pertencem a Deus. Assim, a justificação seria exteriorizada pelo modo de se vestir, cortar o cabelo, renunciar isto ou aquilo.

Deste modo, novamente é útil atentar para os escritos do apóstolo da graça. Em Romanos, capítulo 4, Paulo utiliza o exemplo do patriarca, como um sujeito dotado da fê que justifica o homem diante de Deus.

Portanto, Paulo pretende deixar claro que não é a circuncisão que justifica, pois esta nada mais é que um símbolo da aliança que Deus estabeleceu com Abraão (Rm 4.9-10). A exterioridade da circuncisão apenas demonstra a atitude de fê de Abraão. Ele creu e assim, atendeu ao pedido divino, realizou a circuncisão. Não é o rito que estabelece a relação com Deus e sua respectiva justificação, mas porque há relação que houve o rito da circuncisão.

Com isso combate a pretensão dos judeus de se considerarem justos diante de Deus pelo fato de praticarem a circuncisão e serem observadores da lei. Na verdade, os judeus pensavam que o simples fato de serem judeus já lhes garantia a salvação. O apóstolo Paulo, então defende que não é a condição racial que garante salvação, ou guarda da lei, antes é a fê que justifica o homem diante de Deus. Uma fê do tipo do patriarca Abraão.

Portanto, quando compreendemos os costumes das denominações pentecostais, apenas como costumes, aspectos culturais de uma cultura ou época, mas não como sendo meios salvíficos não incorreremos em problemas para a doutrina da justificação. Há problema quando compreendemos

que estes costumes são meios de provocar a justificação ou a aceitação de Deus. Neste sentido a crítica de Paulo, ao judaísmo de seu tempo, apegado à exterioridade, costumes e leis, se aplica perfeitamente a muitas igrejas pentecostais.

Outro equívoco comum que às vezes ouvimos nas igrejas a respeito da justificação é o seguinte: ser justificado significa “justo-como-se-eu-nunca-tivesse-pecado”. Aposto que você leitor ouviu essa expressão diversas vezes em aulas e pregações. Mas ocorre, como bem observou Grudem, que nessa compreensão nada se menciona sobre o fato de que a justiça de Jesus Cristo é creditada à nossa vida quando somos justificados. Ainda: tal ideia não expressa de maneira adequada o fato de que nós nunca estaremos num estado de “justo-como-se-nunca-tivesse-pecado”, simplesmente porque sempre estaremos cônscios do fato de que pecamos e não somos inocentes, mas culpados que foram perdoados!⁹ Além disso, de certo modo é salutar a recordação da vida passada no pecado, não para alimentar maus pensamentos, mas para cultivar a gratidão, sabendo que foi Deus quem nos modificou a vida e tirou-nos dessa condição miserável.

Também, às vezes parece que na teologia pentecostal a santificação é obra do crente. Justificação e santificação estão muito próximas, contudo, convém lembrar são operações da graça de Deus distintas e, não devem ser confundidas. Na justificação Deus nos declara justos, já na santificação Deus gradativamente nos torna santos ou justos. No primeiro caso trata-se de uma ação externa de Deus, no segundo caso uma obra interna do Espírito de Deus. Em ambas as operações de Deus o mérito humano é descartado (Ef 2.8-9). Assim, é mais correto dizer teologicamente que somos santificados e não que nos santificamos, conforme nossa vontade. Aqui, podemos identificar certa inclinação de muitos crentes pentecostais

⁹ GRUDEM, 1999, p. 613.

a uma compreensão de santificação como sua obra. Deste modo, entendemos que até mesmo a justificação pode ficar comprometida, uma vez que esta se recebe exclusivamente por meio da fé e não por intermédio de boas obras. Jensen, assim apresenta suas desconfianças em relação aos pentecostais sobre esse assunto:

Que esse é o caso fica claro a partir da constantemente repetida posição pentecostal de que o Espírito não pode habitar no mesmo coração em que habita o pecado. Cristo pode estar conosco enquanto ainda somos pecadores. O Espírito, porém, apenas pode vir a viver conosco de maneira integral quando tivermos removido todo pecado conhecido de nossas vidas.¹⁰

Portanto, existem dois tipos de cristãos. Os que aceitaram a Jesus e aqueles que além de o aceitarem possuem a vida santificada, ou seja, plenamente entregue a Deus e, assim, são crentes cheios do Espírito Santo. O batismo do Espírito Santo evidenciado pelo falar em línguas é o sinal de que o crente está santificado. Portanto, haveria crentes mais justificados do que outros? Mais salvos?

Hollenweger afirma que aqueles situados fora do movimento pentecostal não podem ter nem ideia da angústia e culpa causadas em cristãos pentecostais por esse constante chamado a um estágio seguinte. A solução proposta por ele é que pentecostais precisam aprender a viver pela graça somente!¹¹

Jensen prossegue: “Se a santidade (santificação) é nossa obra para Deus, então somos envolvidos no interminável ciclo do mais. Para que nos tornemos santos, sempre mais se requer de nós: mais fé, mais boas obras, mais obediência, mais de tudo.¹²” Assim, caminhamos de culpa em culpa causada pela nossa deficiência em conquistas espirituais. Conse-

¹⁰ JENSEN, Richard A. **O toque do Espírito**. São Leopoldo: Sinodal, 1985. p. 86.

¹¹ JENSEN, 1985, p. 87.

¹² JENSEN, 1985, p. 92.

quentemente, nunca temos certeza de salvação e, deste modo, a doutrina da justificação mediante a fé fica comprometida em nossas vidas. Diante disso, destacamos que viver a justificação é confiar nossas vidas inteiramente nas mãos de Deus. É entregar nossa culpa a Deus. Aceitar que Deus nos aceita e que é Ele que nos santifica. Logo, não é conquista nossa é graça de Deus! Cessemos, portanto, com práticas de auto-justificação!

3 A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ NO NEOPENTECOSTALISMO

O neopentecostalismo surgiu no cenário religioso brasileiro no final da década de 70, ganhando popularidade nas décadas de 80 e 90.¹³ O termo neopentecostal foi criado nos Estados Unidos para indicar separações pentecostais das igrejas protestantes.

Em sua teologia e prática há elementos da religiosidade popular brasileira. Ocorre também uma ênfase na ação dos demônios, onde, de acordo com o neopentecostalismo, são os responsáveis por todos os males. O ser humano praticamente não é responsável pelo mal, apenas vítima. Ensinam explicitamente a teologia da prosperidade. Logo, há elementos que nitidamente atrapalham a doutrina da justificação. Explicamos: isso ocorre pela ênfase no papel do cristão para conquistar a bênção ou vitória.¹⁴ A

¹³ Pode-se dizer que o neopentecostalismo, enquanto fenômeno religioso é filho do pentecostalismo. Um filho que cresceu, adquiriu autonomia e saiu da casa do pai, isto porque sua presença no Brasil a cada dia vem se fortalecendo e ocupando notável espaço na mídia, de modo a superar neste quesito o pentecostalismo clássico do qual procede. As discussões atuais giram em torno do quão parecido ou diferente é esse filho (neopentecostalismo) em relação ao seu pai (pentecostalismo).

¹⁴ A teologia da prosperidade é formada por movimentos de cura, prosperidade e poder da fé, oriundos dos EUA na década de 40. Porém, foi somente a partir dos anos 70 que a teologia da prosperidade ganhou visibilidade e atingiu vários movimentos cristãos. Hoje, está presente fortemente por meio da mídia televisiva. MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 151.

pessoa precisa fazer algo pela sua vida sem a qual nada ocorrerá. Sabemos que essas atitudes têm a ver com bênçãos materiais, mas quem garante que as pessoas não sejam levadas a pensar que o mesmo pode ser aplicado ao bem eterno?

Também no segmento neopentecostal é muito comum se recorrer ao Diabo para justificar as coisas ruins que acontecem na vida das pessoas. Então, se o sujeito está endividado, há muitas cobranças e perturbações, não se tem dúvidas é o Diabo o responsável. A família está destruída? Afirmam: é o Diabo! Enfim, tudo é ação das forças maléficas, mas pela Bíblia e experiência de vida sabemos que não é bem assim.

Claro, que o cristianismo histórico não nega a realidade das forças demoníacas, pois como disse o apóstolo Paulo: “não negamos os seus ardis”, referindo-se às artimanhas do Diabo contra o povo de Deus, por outro lado, afirmar que todo mal e elemento trágico na vida das pessoas é de responsabilidade do espírito do mal é negar o fato de que essas mesmas “vítimas do diabo” cooperaram para estar em situação difícil. Será que o ser humano é mera vítima de Satanás? Por acaso a Bíblia não ensina que somos pecadores, e que nossos pensamentos são continuamente maus? A Bíblia destaca a responsabilidade humana no que tange ao pecado (Gn 3; Tg 1.13-14). Portanto, ensinar que a solução para os problemas morais, familiares e financeiros consiste numa seção de “descarrego”, como geralmente se faz, é negar a responsabilidade humana pelos próprios erros. É isentar o ser humano de sua culpa e pecado. Pois quando alguém rouba, adultera ou mente, não é Satanás que está praticando essas atitudes por seu intermédio, antes é o próprio pecador que utiliza sua vontade para o mal.

Portanto, negar o arbítrio humano e sua responsabilidade é infantilizar o ser humano, e afastá-lo da justificação mediante a fé, pois como poderemos ser justificados por Deus, se não houver antes reconhecimento de culpa pessoal? Como ser perdoado, se não cometemos pecados, ou

erros, mas fomos apenas vítimas dos demônios? Com isso percebemos como esse conceito de batalha espiritual equivocado, tão presente no neopentecostalismo, e no discurso da teologia da prosperidade pode prejudicar as pessoas em relação à justificação mediante a fé.

4 A JUSTIFICAÇÃO NO NOVO TESTAMENTO

A doutrina da justificação mediante a fé esta fundamentada principalmente no Novo Testamento. Todos sabem que foi lendo a carta de Paulo aos Romanos, que o monge agostiniano Martinho Lutero fez a descoberta da sua vida e que mais tarde iria revolucionar não apenas a si mesmo, mas até mesmo toda a cristandade por meio da conhecida Reforma Protestante. Deste modo, torna-se necessário neste artigo, ainda que brevemente, uma análise da justificação conforme é apresentada nos escritos neotestamentários.

A justificação mediante a fé não é apresentada em todo o Novo Testamento, mas adquire grande importância no maior de seus mensageiros. No Novo Testamento muita linguagem simbólica foi utilizada para comunicar a realidade da salvação cristã. Assim temos as seguintes expressões: novo nascimento, nova criação, passar das trevas para a luz e da prisão para a liberdade. Um símbolo utilizado apenas pelo apóstolo Paulo é a “*justificação pela fé*”. Segundo o apóstolo, o indivíduo não pode justificar a si mesmo, não pode obter a salvação eterna baseada em seus méritos. A justificação é obra de Deus. Cabe à pessoa apenas confiar em Jesus Cristo (Ef 2.8-9).

De acordo com Strong, o apóstolo Paulo utiliza termos especiais para traduzir “justificar” e justificação¹⁵:

¹⁵ STRONG, Augustus Hopkins. **Teologia sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2003. v. 2, p. 579-85.

a) Dikaioô:

Significa declarar justo ou livre do castigo. Não significa tornar justo. Portanto, trata-se de termo forense que revela a atitude de Deus para com o pecador. Deus na qualidade de juiz declara a absolvição do pecador.

b) Dikaiôsis:

É o ato, em processo, de declarar o ser humano justo, ou seja, livre da culpa e reconciliado com Deus (Rm 4.25; 5.18).

c) Dikaiôma:

É o ato, já realizado, de declarar a pessoa justa, ou seja, não mais exposta ao castigo, mas restaurado ao favor divino (Rm 5.16, 18).

d) Dikaiôsinç:

É o estado do justificado, ou declaro justo (Rm 8.10; 1 Co 1.30). O termo sugere não apenas uma justiça que Deus requer, mas que na verdade Ele providencia para o pecador, logo, é uma justificação que procede da graça de Deus.

Porque este estado de justiça se faz acompanhar de mudanças no caráter e conduta, dikaiôsinç também significa, num segundo momento, a condição moral do cristão como resultado de tal absolvição (cf. Rm 14.17; 2 Co 5.21).

Paulo apresenta uma série de benefícios para a vida do cristão, decorrentes da justificação pela graça mediante a fé, a saber:

a) Paz com Deus (Rm 5.1-5):

O estado de inimizade do ser humano para com Deus é removido, de modo que, a relação agora é marcada pela paz. Paz no sentido bíblico vai além de ausência de guerra ou inimizade, mas também significa plenitude, inteireza, ou algo completo. Refere-se a uma vida abençoada em seu aspecto material e espiritual.

b) Acesso a Deus (Rm 5.2):

Agora justificados temos acesso a Deus e sua glória vindoura. Se outrora, por causa do pecado o ser humano teve seu acesso à vida negado, agora pode relacionar-se diretamente com Deus e, assim, participar da glória que fora perdida (cf. Gn 3.22-24; Rm 3.23).

c) Alegria (Rm 5.3):

Em meio aos sofrimentos da vida o justificado é capaz de experimentar alegria, pois sabe que os males da vida produzem a paciência.

d) Salvação da ira divina (Rm 5.9):

Deus não tolera o pecado e o mal, de modo que, sua ira é a expressão de sua santidade. Sua ira contra o pecado é mencionada amplamente na Bíblia (cf. Nm 25.4; Sl 69.24; Rm 2.5). Na justificação pela não imputação da culpa pelos pecados e recebimento da justiça de Cristo, o cristão encontra-se salvo do castigo divino.

e) Reconciliação (Rm 5.10-11):

Deus não precisa se reconciliar conosco, uma vez que sempre nos ama, mas somos nós, pecadores, que precisamos deixar a inimizade de lado e sermos seus amigos. Podemos afirmar que não foi a cruz de Cristo (morte) que tornou Deus favorável a nós, mas porque Deus nos ama é que houve cruz, isto é, a morte e ressurreição do Seu Filho, para nosso perdão e consequente vida eterna.

f) Certeza da glorificação (Rm 8.1):

Para Paulo por sermos justificados, a esperança do salvamento no juízo futuro está declarado já agora aos cristãos. A salvação futura é chamada de glorificação por Paulo, enquanto que a presença da salvação no presente é chamada de justificação. Sem justificação presente não haveria glorificação futura, mas apenas merecida condenação.

Destacamos, por fim, que a justificação segundo o apóstolo Paulo possui um aspecto objetivo, a saber: a culpa não é mais atribuída ao pecador, pois este recebeu a imputação da justiça de Cristo, logo, não é considerado culpado diante de Deus. Ainda: há também uma dimensão mística na justificação, ou seja, o “estar em Cristo”. Expressão utilizada por Paulo, alude ao fato de que o cristão está posicionado em Jesus Cristo. É como se a vida do cristão estivesse num espaço em que a condenação do pecado e suas terríveis consequências não lhe atingissem (Rm 3.24; 8.1).

5 JUSTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA PENTECOSTAL

Segundo a perspectiva pentecostal existe a responsabilidade humana de participar na justificação de Deus aceitando-a. Também se afirma frequentemente na teologia cristã, que Deus nos justifica independentemente de nossa vontade ou participação.

Podemos acreditar que ambas as afirmações são corretas? Não são contraditórias? Se consideramos que são contraditórias, qual das duas concluiremos para nos apegarmos a ela, e qual delas descartaremos? É a justificação um evento da graça de Deus que ocorre instantaneamente ou ela é um processo? A justificação do pecador ocorre só pela ação de Deus (monergismo/calvinismo), pela ação divina e do ser humano conjuntamente (sinergismo/arminianismo) ou exclusivamente pela ação humana?¹⁶

São questões importantes para a doutrina da justificação, pois há conjuntos de ideias que parecem difíceis de conciliar.

¹⁶ Cf. BARRS, Jerram. Predestinação e escolha humana. In: KEELEY, Robin. **Fundamentos da teologia cristã**. São Paulo: Vida, 2000. p. 232-233.

Deus

Justifica o pecador por sua graça e misericórdia. É soberano (tem um propósito salvífico para a humanidade).

As pessoas

Possuem a responsabilidade de participar ou não na justificação de Deus. São criaturas morais e como tais são livres para decidir a favor ou contra Deus.

Se as pessoas são justificadas pela graça de Deus, como podemos cooperar para a justificação? Se Deus nos escolheu para salvar e, portanto, nos justificar perante Ele, ainda assim temos alguma participação?

Há muitas declarações por toda a Bíblia a respeito do plano de Deus na história, tanto para nações, quanto para indivíduos, ressaltando assim, sua soberania perante tudo que existe. Paulo, o apóstolo escreveu: *“Nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade”* (Ef 1.11). Algumas correntes teológicas entendem neste texto que Deus planeja tudo e, portanto, o ser humano é inteiramente passivo na questão da salvação, sendo apenas, palco da ação divina (monergismo).

Porém, há afirmações igualmente fortes nas Escrituras sobre a responsabilidade ou participação humana diante do agir de Deus. João, por exemplo, escreveu: *“Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus”* (Jo 3.18). Alguns compreendem que esse tipo de texto bíblico sugere que tudo depende exclusivamente da ação humana e, portanto, Deus é um observador passivo.

A teologia pentecostal entende que a única forma de fazer justiça às muitas passagens bíblicas de ambos os tipos é mantê-las juntas, ainda que em tensão. Portanto, defendem ser o sinergismo uma boa opção.

Convém ressaltar que a compreensão pentecostal de justificação e salvação segue na linha arminiana, que valoriza a participação humana no processo salvífico. Os pentecostais defendem que a salvação é obra de Deus em favor do ser humano, e não deste em favor de Deus. O ser humano é incapaz de agradar a Deus por si só, pois leva sobre si a sentença de morte espiritual. Assim sendo, Deus toma a iniciativa de prover a justificação ao ser humano, independente dos méritos e possibilidades do mesmo. Contudo, na compreensão pentecostal o ser humano precisa responder a esse plano, aceitando-o. Pois o indivíduo pode resistir ao Espírito Santo. Inclusive o cristão pode vir a perder a sua salvação, caso não persevere na fé.

Segundo Barrs a prática da oração é uma boa ilustração para essa questão. Assim, decidimos orar e cremos que nossa oração faz a diferença. Mas, ao mesmo tempo sabemos que devemos fazer a nossa parte. Podemos pedir a Deus o “pão nosso de cada dia”, mas sabemos que temos que trabalhar. Barrs observa que ao vermos os resultados de nosso trabalho agradecemos a Deus, pois sabemos que Dele vem saúde e vitalidade, mas indiscutivelmente fizemos a nossa parte. Também oramos e pedimos que Deus realizasse certas coisas em nosso favor. Mas, ao mesmo tempo, temos de crer que Deus é capaz de operar seus propósitos em nossa história de vida e na vida de nossa comunidade. E, se nossas orações são atendidas por meio de outras pessoas, consideramos essa pessoa uma simples marionete na mão de Deus? Certamente que não, até agradecemos a ela por sua ajuda e consideração e agradecemos a Deus por nos atender. Sendo assim, na prática, acreditamos no agir de Deus e na participação e responsabilidade humana.¹⁷

Geralmente, alguns segmentos cristãos tentam tornar a justificação mais fácil de aceitar eliminando um ou outro dos pólos, mas vimos

¹⁷ BARRS, 2000, p. 232-233.

os problemas decorrentes. Mas não precisamos submeter à Bíblia à nossa razão. Temos de reconhecer que nosso conhecimento é limitado e não somos capazes de apreender o agir de Deus. Portanto, temos que acreditar na soberania de Deus, em sua graça imerecida e na participação humana.

Ressaltamos que a fé que justifica só é possível pelo poder do Espírito Santo. O ser humano não pode por si só possuir essa fé, pois a mesma somente se manifesta na pessoa que teve contato com o Espírito Santo. Isso geralmente ocorre ao ouvir a pregação da Palavra, ou diante do testemunho de algum discípulo de Cristo.

Também, não podemos limitar o agir de Deus, são múltiplas as suas manifestações ao ser humano, contudo, algo é certo: a fé que justifica é obra de Deus. A participação humana é de natureza receptiva. A pessoa recebe a Palavra de Deus, e assim pode surgir a fé que justifica. Sem a ação da Palavra e do Espírito Santo não há fé que justifica diante de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade evangélica “cai ou permanece de pé” conforme sua postura em relação à justificação mediante a fé. Convém lembrar, que a mensagem da graça de Deus, da justificação do pecador que exclui os méritos humanos são princípios fundamentais da mensagem das igrejas, identificadas com a prática de Jesus e com os valores da Reforma Protestante.

Portanto, o pentecostalismo e neopentecostalismo se enquadram em qual condição? Certamente, é inegável que alguns elementos ameaçam a condição evangélica das igrejas pentecostais e neopentecostais, sendo o caso mais grave em relação ao último.

É possível formular a tese de que a teologia de causa e efeito, teologia da prosperidade e práticas legalistas (tão presentes no contexto religioso brasileiro) pode acabar obstruindo a mensagem da graça (justificação) presente nas igrejas comprometidas com a mensagem evangélica. Portanto, é tempo de passar pelo crivo das Escrituras e da tradição evangélica, todo discurso e práticas que tendem a valorizar a barganha humana, que sejam determinados pelas leis do consumo e do mérito. Assim, as igrejas pentecostais poderão seguir na construção de sua identidade religiosa, com uma postura teológica mais coerente com o desejo de ser evangélica, e, deste modo, ser comunidade onde as pessoas encontrem a justificação/aceitação de suas vidas. Já as igrejas neopentecostais, parecem que há muito tempo fizeram a opção consciente de ser outra coisa, que “evangélica”. Logo, não vemos nestas comunidades uma aproximação do conceito bíblico da justificação pela fé, conforme a tradição evangélica histórica. Em seu processo de aculturação com nosso contexto brasileiro, o neopentecostalismo deixou de ser “protestantismo” e, assim, a doutrina da justificação foi igualmente extinta? O cenário atual da religiosidade evangélica brasileira parece corroborar essa suspeita. Resta saber se seu predecessor (pentecostalismo clássico) seguirá no mesmo caminho ou manterá sua identidade evangélica, e, portanto, com espaço para a doutrina que julgamos ser essencialmente evangélica, a saber, a justificação mediante a fé.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo tupiniquim**: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira. São Paulo: Arte Editorial, 2005.
- BARRS, Jerram. Predestinação e escolha humana. In: KEELEY, Robin. **Fundamentos da teologia cristã**. São Paulo: Vida, 2000.

GRENZ, Stanley J.; NORDLING, Cherith Fee. **Dicionário de teologia:** mais de 300 conceitos teológicos definidos de forma clara e concisa. São Paulo: Vida, 2000.

HORTON, Stanley M. **Teologia sistemática:** uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

JENSEN, Richard A. **O toque do Espírito.** São Leopoldo: Sinodal, 1985.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

STRONG, Augustus Hopkins. **Teologia sistemática.** São Paulo: Hagnos, 2003.

WILLIAMS, J. Rodman. **Teologia sistemática:** uma perspectiva pentecostal. São Paulo: Vida, 2011.